

Roberto Campos ataca a nova Carta

Constituinte pelo PDS do Mato Grosso, o ex-ministro do Planejamento do governo Castello Branco desabafa, com críticas e ironias à futura Constituição do País.



Ricardo Chaves/AE

Entrando na fila para assinar as cinco cópias

No momento em que mais de uma centena de constituintes, em quatro filas, assinavam ontem, no salão negro do Congresso Nacional, os cinco originais da nova Constituição, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, dizia ali mesmo a jornalistas que com ela o Brasil "vai melhorar".

"Não quero dizer — assinou — que ela seja uma Constituição milagreira, que vai ter o condão de resolver todos os problemas. Mas vai trazer o instrumento e as condições para melhorar a situação econômica e principalmente social da população. No plano político, a melhoria será instantânea. O governo passará a ser exercido não só pelo Executivo, mas também pelo Legislativo, pelos governadores e pelos prefeitos, que terão dinheiro para executar suas obras." Ulysses comentou ainda que é também o encerramento do processo de transição democrática, porque "mesmo o que não entrar em vigor, já está estabelecido como será e como se fará". "Será um marco definitivo" — acrescentando que "aqui há democracia, aqui há regime pluripartidário, e não uma democracia formal, mas uma democracia participativa".

O movimento no amplo salão negro do Congresso começou cedo. Antes das 9 horas, mais de uma centena de constituintes, ansiosos para viajar logo, aguardavam a chegada das listas para assinarem. As listas serão anexadas aos cinco textos originais da nova Constituição, destinados às presidências da Câmara e do Senado, à Presidência da República, à presidência do Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional. Pouco depois das 10h, as listas chegaram, mas com uma truncagem na composição. Tiveram de voltar à gráfica do Senado.

À tarde, estavam quase todos de volta e foi com alegria que saudaram a chegada das listas corrigidas, que foram distribuídas, por agrupamentos alfabéticos, em quatro mesas. O relator Bernardo Cabral foi o primeiro a assinar. Ulysses estava por perto, sorridente, apenas recebendo cumprimentos de parlamentares. Ele só assinará o texto na sessão solene do dia 5, promulgando a Constituição e colocando-a em vigor.

Cada constituinte tinha de assinar em dez folhas separadas, porque o ato das disposições constitucionais transitórias forma uma peça à parte, apenas anexada à parte permanente. Enquanto assinavam, chegavam ao recinto os exemplares da reimpressão da redação final, com as últimas cinco pequenas correções no texto aprovado na véspera.

Nas lideranças partidárias e nas assessorias da Câmara e do Senado, porém, o trabalho continua. Agora, voltado para a legislação que complementará ou regulamentará cerca de 150 dispositivos constitucionais, a começar pelos regimentos internos do Congresso, que terão de adaptar-se às novas atribuições conferidas ao Poder Legislativo. O serviço de sinopse da Câmara dos Deputados, por meio do computador, encontrou, em tramitação ou no arquivo, mais de seis mil proposições, apresentadas desde 1970, tratando de assuntos que, pela nova Constituição, terão de ser regulamentados. Servirão de subsídios para os projetos que serão elaborados. Quanto às proposições hoje em tramitação, se não forem para o arquivo, terão ao menos de percorrer outra vez o ciclo das comissões, para se saber se estão de acordo com a nova Constituição.



Campos: "A Carta é irrealista na economia e engraçada na parte cultural".

São Luís fossem iguais as de Porto Alegre". O senador criticou também a idéia de que o salário pago em São Paulo deve ser o mesmo praticado no Nordeste. "Trata-se de uma pena de morte para as regiões menos desenvolvidas, cujo atrativo é exatamente pagar salários mais baixos." O senador declarou-se convencido de

que as leis de mercado impedirão que a Constituição seja cumprida.

Campos lembrou que a criação do mandato de injunção — pelo qual pode-se exigir o cumprimento de um princípio constitucional — permite que um cidadão do interior da Paraíba, ao saber que os salários em São Paulo

são mais elevados, entre na justiça para pedir a mesma remuneração. "Mas ela não será paga."

"O importante é que se direitos sociais fossem assegurados por uma Constituinte se deveria fazer uma Constituição por ano", declarou Campos. O senador criticou ainda a função dada ao Es-

tado de regular e promover um desenvolvimento equilibrado no país. Afinal, segundo o senador, "o Estado não sabe sequer quantos funcionários tem. Além disso, o desenvolvimento é uma sucessão de desequilíbrios, conforme mostra a experiência de países como Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália". Campos lamentou que o Brasil tenha optado pela ampliação da Ação do Estado na economia, "enquanto o Gorbachov quer desmontar o Gosplan (Ministério do Planejamento soviético)".

Um dos aspectos "engraçados" da nova Carta, disse Campos, está na gratuidade do transporte coletivo urbano para quem tiver mais de 65 anos de idade. Assim, lembrou Roberto Campos, Sebastião Camargo, da Construtora Camargo Correia, considerado por publicações norte-americanas como um dos homens mais ricos do planeta, e Walter Moreira Salles, dono do Unibanco, não precisarão mais pagar passagens de ônibus.